

Agosto de 1986

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Sexta-feira 15 7659

não dispor de metolol, gizes e ataduras para os mais primários curativos.

Na área de Educação, faltam escolas, faltam professores. Os professores que lá existem são mal remunerados e, por conseguinte, são desmotivados para o exercício no magistério.

Reconhecemos os problemas que enfrenta o Governo Estadual e queremos adiantar que, sem o apoio do Governo Federal, o Estado de Rondônia continuará padecendo na orfandade e pelo eterno abandono. Enquanto na região da BR, aos trancos e barrancos, o Estado progride, Guajará-Mirim regride, haja vista que, cidades localizadas na BR (em todo o seu território) até quintuplicada. Enquanto isso, Guajará-Mirim permanece estacionária, vivendo no marasmo, vivendo de esperança.

Um dos problemas mais críticos na região é o da BR-425, que liga Guajará-Mirim a Abuguaçu. Essa rodovia, que veio para substituir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, desativada em julho de 1972, após 60 anos de bons serviços prestados à região, tem-se constituído, por culpa do Governo Federal, no grande fracasso, no grande frustração e no grande desespero de toda aquela população e é, por ironia do destino, chamada de "A Pérola do Mamoré", servida pela BR-425, por todos conhecidos como a estrada da amargura, do sofrimento, da lama e do atoleiro na época do inverno e dos buracos na época das secas. Já é tradição em toda época do inverno esta rodovia ficar interdita, isolando Guajará-Mirim do resto do Brasil, provocando, várias vezes, a decretação do estado de calamidade pública, porque falta combustível, falta gás de cozinha, faltam alimentos, faltam remédios e falta vergonha a determinadas autoridades. Só não falta em Guajará-Mirim, Vila Nova e em toda a região, a bravura, a coragem e o heroísmo de sua gente que, além do mais, presta serviços à própria segurança da Pátria, pois Guajará-Mirim, dada sua localização geográfica, situa-se na fronteira com a Bolívia, o que é de grande importância para o nosso País, mas nem isto é reconhecido.

Participamos, no dia 12 deste mês, de uma audiência com o Sr. Ministro dos Transportes, José Reinaldo de Carvalho, juntamente com o Governador Ângelo Angelim, com o Dr. Jerônimo Santana, o Prefeito de Guajará-Mirim, Dr. Isaac Beneditim e lideranças locais, oportunidade em que levamos ao Sr. Ministro os anjos e as súplicas para a imediata recuperação da BR-425. Se isto não for feito, teremos mais um ano de calamidade pública naquela região. Hoje, mais precisamente às 17 horas, haverá uma outra audiência com o Sr. Ministro dos Transportes, audiência esta que, além da presença deste Deputado, terá também a participação dos Vereadores de Guajará-Mirim: Rita Lobo dos Santos, Francisco de Jesus Silva Figueira, Firmino Barbosa de Brito, Manoelito Silva Costa, Antônio Bezerra da Silva, Geraldo Pereira da Silva, do Presidente do Diretório Municipal de Guajará-Mirim, Almir Candury Pinheiro e do jornalista e radialista Moura Reis. Esperamos que as autoridades que compõem o Governo José Sarney, o Governo da Nova República, olhem por Guajará-Mirim e determinem imediatamente, por amor de Deus, a recuperação da BR-425, caso contrário não haverá mais tempo e teremos mais um ano de isolamento.

Será mais um ano em que o povo de Guajará-Mirim estará relegado ao abandono, em que faltará mais uma vez gás de cozinha, gasolina. Ficará mais uma vez comprovada a falta de responsabilidade dos homens públicos do Governo Federal para com aquela região, tão abandonada e merecedora da atenção de todos nós. Muito obrigado.

O SR. PAULO XAVIER (PFL — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, fico estarelecido com a atitude dos Senadores Benedito Ferreira, de Goiás, Nelson Carneiro, do Rio de Janeiro, e Jutahy Magalhães, da Bahia, ao se pronunciarem, após exaustiva discussão e mais de quarenta e oito horas, sobre o destino político de Brasília.

Os Srs. Senadores cometeram injustiça extraordinária e histórica.

Aliás, o Senador Benedito Ferreira sempre foi inimigo de Brasília, e não me surpreendeu.

O Senador Nelson Carneiro sempre insinuou, ao longo de sua carreira política, ser ateu, mas agora este fato parece que ficou mais claro. Ele se define ateu e inimigo

de Brasília, também. Isso em função de um projeto de minha autoria, aprovado no último mês de junho em um dos nossos esforços concentrados, com o apoio de todos os partidos presentes, remetido ao Senado Federal, e só Deus sabe por que ficou fora da pauta de votação.

Com toda a humildade que aprendi na minha pequena Paraíba — e lá sabemos que somos pobres e pequenos, e por isso devemos ser humildes, mas não devemos nunca negar talento nem inteligência — admiti, no mesmo instante em que se cometeu o erro no Senado, que os Líderes dos partidos, por proposta deles próprios, assinassem, e dessem entrada no meu projeto lá, para que aprovado em dois turnos, voltasse à Câmara e aqui recebesse nova aprovação. Tudo ocorreu exatamente assim.

Quando meu projeto chegou à Câmara dos Deputados, recebeu emenda do nobre Deputado Gastone Rigli — muito justa, inscrita até por mim mesmo — no sentido de permitir aos adventistas que votassem após às 18 horas, porque creio que, as minorias religiosas devem ser respeitadas, mesmo porque com essa atitude estaremos respeitando o próprio homem, coisa que, aliás, se desprezou neste País, pois esqueceram-se de respeitar as pequenas comunidades, esqueceram-se de respeitar o cidadão. Muito bem, o projeto agora volta ao Senado para a votação da emenda, e o Senador Nelson Carneiro com aliado, combatido, armou e desarmou, fez o que pôde todos esses dias, e na sua teimosia — desculpe-me S. Ex.^a

desinteligente, conseguiu obstruir a votação da emenda de Plenário aqui no Congresso. E o que aconteceu? Brasília está prejudicada, pois esse projeto trata do aumento do número de candidatos. Nas primeiras eleições de Brasília, não tendo a cidade representação política em assembleia, prefeitura ou câmara de vereadores, mas somente 8 vagas para deputados e 3 para senadores, toda a população quer se candidatar. Propusemos, então, aumentar de 12 candidatos para 20. Pois lá está o problema. Ontem, foi aprovada para a tramitação do projeto. Assim, ele ficará em pauta até que um dia seja votada.

Estarece nos que o Senador Nelson Carneiro, preocupado com sua derrota no Rio de Janeiro, entre agora com outro projeto, casuístico — porque ele bem aprendeu isso ao longo da Velha República — para realizar novas convenções que lhe permitam alguma vitória em seu Estado. Disse-me ele especialmente que 115 candidatos a deputados estaduais ficaram fora das convenções no Rio de Janeiro. O Senador Benedito Ferreira sempre agrediu Brasília, e sempre de forma veemente. Já fiz três discursos, provocado por ele, porque começava a ouvir seu pronunciamento no Senado e sentia-me na obrigação de descer ao plenário e defender Brasília. O Senador Benedito Ferreira, no caso do aumento do número das Secretarias de Estado, no ano passado, obstruiu a pauta enquanto pôde para evitar que Brasília tivesse mais quatro Secretarias de Estado.

S. Ex.^a comete um erro muito grande dos pontos de vista político e jurídico. Político, porque é nosso vizinho em Goiás, e tenho certeza de que os políticos goianos não o acompanham nisso; e jurídico, porque acha que Brasília, não tendo recursos para sobreviver, não pode ter representação política. S. Ex.^a é mais duro do que os generais da Velha República. E muito menos consciente da necessidade de liberdade do que aqueles homens que prestaram, de alguma forma, serviço ao Brasil.

O Presidente Tancredo Neves disse, no dia em que foi escolhido candidato em convenção, que conhecia homens cassados, mas jamais vira cidades cassadas. Pois bem, estarrecido estou eu com essas atitudes desinteligentes, porque agora também o Senador Jutahy Magalhães está apresentando projeto para que, na Bahia, se possa ter maior número de candidatos pelo PMDB. O Senador Nelson Carneiro, por sua vez, apresentou outro projeto, para permitir que o Rio de Janeiro tenha mais candidatos do PMDB. Isso não ajuda a Nação, o Congresso Nacional, não ajuda ninguém. Agir desta forma é destruir o espírito conciliador do Senado, e a Câmara deve rever essas matérias para melhor conscientizar-se da sua eficácia.

É lamentável que isso aconteça em Brasília, que não tem seu defensor. Mas, neste instante, declaro de forma definitiva que serei o defensor de Brasília enquanto ela não tiver seus representantes. É lastimável. Considero mesquinhas e casuísticas as atitudes dos senadores, obstruindo projetos do interesse de Brasília e fazendo com que ela seja nanica.

Mas o Senador Benedito Ferreira terá de nos enfrentar aqui da tribuna todos os dias, se necessário, porque defendemos os interesses superiores de Brasília. Quanto ao Senador Nelson Carneiro, luicé chamou-o de ateu, porque depois de definir-se a favor do divórcio, agora define-se contra os adventistas, os evangélicos, contra todas as minorias religiosas deste País, obstruindo, efetiva e definitivamente, seu direito de votar segundo suas crenças religiosas. Muito obrigado.

O SR. ERANI MÜLLER (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos defendido aqui, com muita franqueza, alto e bom som, a realização da reforma agrária. Mas, de outro lado, temos salientado que não adianta fazermos a reforma agrária sem uma verdadeira e autêntica política agrícola, razão por que nos sentimos rejeitados ao ver que "o Presidente José Sarney lança hoje no Salão Leste do Palácio do Planalto, às 15 horas, o tão esperado Plano de Metas para a Agricultura Brasileira que, em linhas gerais, pretende proporcionar ao País, em 1989, uma produção de 71,6 milhões de toneladas de alimentos. O ato solene de lançamento das medidas, que envolvem definições para a área de crédito, armazenagem, irrigação e preços mínimos, reunirá, além dos ministros da área econômica, os representantes da Frente Ampla de Agropecuária Brasileira e de todos os secretários de agricultura dos estados.

Além de medidas de importância para a agricultura nacional, como os preços mínimos plurianuais e VBCs mais realistas, as discussões na área econômica, que entraram noite adentro durante o dia de ontem definiram como seria o modelo de funcionamento da caderneta de poupança rural. O ministro Funaro, da Fazenda, teme que ela desagregue a política habitacional brasileira e, portanto, não aceitava a ideia de trabalhar com juros flutuantes. Por outro lado — e este movimento pode até inviabilizar a caderneta — os grandes bancos comerciais privados não estão dispostos a aceitar a operação da nova caderneta apenas pelo Banco do Brasil.

Quanto à aprovação de um fundo para a Agropecuária, a briga surda nos bastidores deu-se entre Banco Central e Banco do Brasil. Para o Ministério da Agricultura, o Fundo, constituído pela antiga conta-movimento deveria ser operada exclusivamente pelo Banco do Brasil, mas esta ideia enfrentava resistência junto ao Banco Central. Fernão Bracher entende que a gerência do Fundo precisaria ter a participação da instituição que preside, até mesmo para dar um suporte maior de recursos aos bancos particulares.

A grande lacuna no Plano de Metas para a Agricultura é a inexistência de propostas concretas para a pecuária de corte e leite. Na falta de maiores informações estatísticas e também em função da retenção do boi gordo no pasto, com prejuízos para o abastecimento, as questões do setor serão tratadas por comissões específicas. Ou seja, na prática o governo trabalha com a ideia de que terá de continuar importando carne pelo menos até 1989, quando o rebanho atual de bezerros já pode ser abatido, abrindo um novo ciclo de crescimento na pecuária.

Sobre o Plano de Metas Agrícolas, destacamos a concessão de recursos para a próxima safra agrícola, atingindo o crédito de custeio e comercialização que será alocado a ordem de 70 milhões de cruzados, dos quais 48 milhões através do Banco do Brasil. Os novos valores básicos de custeio — VBCs — vão, de alguma forma, refletir a evolução dos preços dos insumos agrícolas e da mão-de-obra, desde a safra 1984/85. O feijão, por exemplo, cultura considerada prioritária pelo Governo, receberá um acréscimo de aproximadamente 100%.

Para dar suporte e aumento à produção, seriam irrigados 1 milhão e 275 mil hectares. O Plano de Metas Agrícolas também prevê a criação de uma comissão interministerial para realizar profundo estudo sobre o Proagro.

A armazenagem também está de destaque importante nesse Plano, com um significativo salto: a capacidade estatística para armazenagem, até 1989, passará dos atuais 60,1 milhões para 76,4 milhões de toneladas. Os armazéns de fazenda, comunitários e coletivos, representariam 11,3 milhões desse total.

Para conservação do solo e incentivo ao reflorestamento, o Plano adota a política de desenvolvimento das chamadas microbacias. Entretanto, a grande novidade do Plano de Metas Agrícolas, a nível de produtor, é a adoção de um preço mínimo plurianual para as culturas